

## ISS na Teoria e na Prática e Nota Fiscal Eletrônica de Serviços

### Objetiva

transmitir aos participantes visão prática e teórica da legislação do ISS com base na Lei Complementar 116/03 e na legislação do Município de São Paulo, e os aspectos polêmicos envolvendo o local de recolhimento e a retenção do imposto pelo tomador do serviço.

### Destina-se

a contadores, analista contábil, analista fiscal, administradores de contratos e demais profissionais que atuam nas áreas financeiras, contábil e fiscal.

### Professor

#### Gilberto Tadeu Alves



- Acadêmico de Direito pela Universidade São Judas
- Contabilista
- Consultor Tributário com curso de especialização no IBDT-USP

- Sócio da GTA - Gestão Tributária e Administrativa
- Consultor Associado da Meya Software & Consulting
- Experiência com a legislação de diversos Estados, atuando na implantação de processos para melhoria nos procedimentos fiscais e redução da carga tributária
- Profissional com vivência na implantação de ERP, direcionada a parametrização de sistemas informatizados para gestão administrativa, contábil, financeira, fiscal e geração de arquivos magnéticos estaduais e federais

---

**Carga Horária**  
**8 horas/aula**

### Programa

#### 01. Definição do local da prestação para incidência do ISS

- recolhimento do ISS no município do estabelecimento do prestador dos serviços
- recolhimento do ISS no município da efetiva prestação dos serviços
- recolhimento do ISS quando o serviço envolver mais de um município
- medidas preventivas para não recolhimento do ISS fora das regras estabelecidas na Lei Complementar

#### 02. Princípios gerais

- definição do imposto
- lista de serviços - Lei Complementar 116/2003.
- serviços relacionados e serviços não relacionados
- aspecto pessoal: sujeito ativo, sujeito passivo (contribuintes)
- responsáveis pelo recolhimento do imposto, retenção do imposto pelo tomador do serviço
- retenção pelo tomadoras de serviços - conflito entre Lei Complementar e Legislação Municipal
- responsabilidade pelas multas e demais acréscimos no caso de retenção pelo tomador dos serviços

#### 03. Fato gerador

- momento de ocorrência
- serviços realizados a longo prazo, antecipação de pagamento para execução de serviços
- serviços iniciados no exterior (LC 116/2003) - importação de serviços

#### 04. Desoneração tributária

- isenções e imunidades
- serviços imunes e isentos do ISS (serviços destinados ao exterior)

#### 05. Base de cálculo e alíquota

- exclusões: receita de terceiros, descontos, juros, materiais aplicados, despesas acessórias
- serviços com aplicação de material
- operações mistas (ICMS/ISS)
- tributação exclusiva de ISS
- alíquota mínima e máxima

#### 06. Tratamento fiscal nas empresas estabelecidas em municípios com alíquota reduzida do ISS

- aumento da carga tributária quanto previsto o recolhimento do ISS no local da prestação
- empresas estabelecidas em Municípios com alíquota reduzida do ISS (Paraísos Fiscais)
- possibilidade de planejamento legal no recolhimento do ISS
- riscos de autuações quando não comprovada a efetiva existência de estabelecimento e atividades

#### 07. Aspectos comerciais do ISS na composição do preço de compra e venda de serviços

- revisão do cálculo do ISS por dentro e por fora
- momento de definição da alíquota do ISS para fins de orçamento e definição do preço dos serviços
- parametrização das alíquotas do ISS para inclusão automática do ISS no preço dos serviços nas aquisições e nas prestações

#### 08. Documentos fiscais

- notas fiscais, notas fiscais faturas
- emissão de documentos fiscais e escrituração por processamento de dados
- informações em meio magnético no âmbito municipal

**09. Tratamento fiscal nas prestações**

- construção civil, obras hidráulicas e semelhantes
- prestação de serviços gratuito
- serviços de transporte municipal
- não cumulatividade do ISS no serviço de transporte - São Paulo

**10. Restituição ou compensação de imposto pago a maior**

- imposto pago por faturamento indevido ou a maior, cancelamento de notas fiscais de serviços
- pagamento em duplicidade do imposto: município da prestação dos serviços e município do estabelecimento do prestador do serviço

**11. Sistema eletrônico para emissão e escrituração dos livros e documentos fiscais**

- alterações nas rotinas de sistema para emissão e escrituração de documentos fiscais

**12. Nota fiscal eletrônica**

- legislação aplicável
- contribuintes obrigados a emissão, informações que devem conter, cancelamento e preenchimento da DES
- Recibo Provisório de Serviço (RPS)
- crédito do ISS para o tomador do serviço